

A abordagem das finanças nos livros didáticos de Matemática do Ensino Médio

Resumo: Nesta pesquisa, objetiva-se problematizar a temática de finanças em livros didáticos de Matemática para o Ensino Médio, em capítulos de Matemática Financeira e/ou Educação Financeira. Para tanto, selecionaram-se capítulos que tratavam do tema em três coleções de livros didáticos, publicadas nos anos de 2013, 2016 e 2020. Realizou-se o tratamento do material empírico com inspiração nas teorizações foucaultianas sobre discurso, consistindo em três movimentos de análise: leitura, seleção e agrupamento de fragmentos relacionados ao objetivo da investigação. A análise dos materiais evidenciou que as finanças no currículo de Matemática colaboram para constituição de cidadãos de direitos e para a formação de sujeitos movidos por seus interesses. Conclui-se que os livros didáticos criam e normalizam padrões de comportamento, segundo racionalidades contemporâneas.

Palavras-chave: Educação Financeira. Sujeito de Direitos. Sujeito de Interesses. Neoliberalismo.

The approach to finance in High School Mathematics textbooks

Abstract: This study aims to examine the topic of finance in High School Mathematics textbooks, specifically in chapters on Financial Mathematics and/or Financial Education. To this end, chapters dealing with the topic were selected from three collections of textbooks published in 2013, 2016, and 2020. The empirical material was processed based on Foucault's theories on discourse, consisting of three stages of analysis: reading, selection, and grouping of fragments related to the research objective. The analysis of the materials showed that finance in the Mathematics curriculum contributes to the constitution of citizens with rights and to the formation of individuals motivated by their interests. It was concluded that textbooks create and normalize patterns of behavior according to contemporary rationalities.

Keywords: Financial Education. Subject of Rights. Subject of Interests. Neoliberalism.


El enfoque de las finanzas en los libros didácticos de Matemáticas de Bachillerato

Resumen: En este artículo, se pretende problematizar la temática de las finanzas en los libros de Matemáticas para el curso de Bachillerato, en capítulos de Matemáticas Financieras y/o Educación Financiera. Para ello, se han buscado capítulos que traten el tema de investigación en tres colecciones de libros didácticos publicadas en los años 2013, 2016 y 2020. El tratamiento del material empírico se realizó inspirándose en las teorizaciones foucaultianas sobre el discurso y consistió en tres movimientos de análisis: lectura, selección y agrupamiento de fragmentos relacionados con el objetivo de la investigación. El análisis de los materiales mostró que las finanzas en el currículo de Matemáticas colaboran tanto en la constitución de ciudadanos con derechos como en la formación de sujetos movidos por sus intereses. En conclusión, se observa que los libros de texto crean y normalizan patrones de comportamiento según las racionalidades vigentes en la actualidad.

Palabras clave: Educación Financiera. Sujeto de Derechos. Sujeto de Intereses.

**Gabriela Dutra Rodrigues
Conrado**


Instituto Federal da Paraíba
João Pessoa, PB — Brasil

 0000-0003-0371-8678

✉ gabriela.conrado@ifpb.edu.br

**Marta Cristina Cezar
Pozzobon**

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, RS — Brasil

 0000-0003-3069-5627

✉ martacezarpozzobon@gmail.com

Recebido • 11/07/2024

Aceito • 20/03/2025

Publicado • 10/08/2025

Editor • Gilberto Januario 

ARTIGO

Neoliberalismo.

1 A emergência da Educação Financeira no currículo de Matemática escolar

A temática das finanças, mais precisamente da Educação Financeira, vem se expandindo nos currículos escolares, seja a partir de direcionamentos de organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005, 2014), de políticas públicas educacionais (Brasil, 2010), de orientações curriculares (Brasil, 2018) ou de discursos que permeiam o debate público. Esses discursos são traduzidos em enunciações como “a Educação Financeira deve ser ensinada nas escolas”¹ ou Educação Financeira “é fundamental para o fortalecimento da cidadania”². Essa expansão parece ser resultante de um “deslocamento da Matemática Financeira (ordem do ensino) para a Educação Financeira (ordem da educação)” (Vargas, 2012, p. 110).

Nesse sentido, a Educação Financeira ensina às pessoas sobre a gestão do próprio dinheiro, reverberando nos modos de se conduzir na sociedade, diferente da Matemática Financeira, área da Matemática que estuda o valor do dinheiro no tempo (Souza, 2021). Embora a Matemática Financeira possa mobilizar práticas de Educação Financeira e essa empregue conceitos da Matemática Financeira para educar, é pertinente não confundi-las, uma vez que são temas distintos (Pessoa, Muniz Jr e Kistemann Jr., 2018).

Diante disso, a emergência da Educação Financeira parece ser impulsionada por um desejo das pessoas de aprender a viver em um mundo cada vez mais financeirizado, em que a pauta que move as ações são as questões do mercado e da securitização de vários aspectos da vida (Lazzarato, 2017). Esse desejo é reforçado pela OCDE (2014), ao considerar que os conhecimentos mobilizados, até poucas décadas atrás, sobre a gestão dos recursos financeiros são insuficientes diante da complexidade dos produtos financeiros e do contexto mutável do capitalismo.

Essas discussões, no contexto escolar, parecem interessar a uma parcela da população que lucra com pessoas mais capacitadas para lidar com os produtos financeiros, tanto na produção como no consumo de bens e serviços. De outro modo, pessoas educadas financeiramente oferecem menos risco à economia capitalista e estão mais dispostas a assumir as responsabilidades por suas decisões financeiras (Saraiva, 2013).

Nessa direção, segundo Dardot e Laval (2016), a economia capitalista funciona na contemporaneidade em uma racionalidade neoliberal, a qual atua não somente no âmbito econômico, como também para orientar modos de vida das pessoas. Para Veiga-Neto (2013, p. 26), no neoliberalismo “a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição”, pois, assim, cada um pode usar sua liberdade para investir em si, no seu capital humano, qualificando-se para se tornar mais competitivo.

Segundo os preceitos neoliberais, o investimento no capital humano cria condições para o desenvolvimento da economia, uma vez que o valor se concentra nas habilidades que uma pessoa pode adquirir. Esse desenvolvimento está pautado na premissa de que é preciso ser competitivo e esforçar-se para produzir riquezas. A racionalidade neoliberal funciona incitando as pessoas a se dedicarem ao máximo em suas atividades a fim de obter sucesso na vida pessoal, o que favorece comportamentos individualistas (Dardot e Laval, 2016).

Adentrando nesse cenário, considera-se que o currículo escolar não é um território

¹ Produzido no *Expresso Estadão*, que traz a matéria *Educação financeira: menina de 15 anos fala de investimento nas redes sociais*. Disponível em <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/educacao-financeira-menina-de-15-anos-fala-de-investimentos-nas-redes-sociais>.

² Produzido em notícias veiculadas na página do Ministério da Educação. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/45911>.

neutro, mas resultado de lutas por produção de significados (Valero, 2018; Paraíso, 2023). Em outras palavras, os currículos menores são produzidos por professores/professoras, estudantes e comunidade escolar, mediante os embates estabelecidos pelo currículo maior³, “que tem sede de controle, prescrição e normalização” (Paraíso, 2018, p. 36).

Esses currículos maiores são fabricados em uma economia capitalista, baseada em regras de funcionamento da racionalidade neoliberal, produzindo ressonâncias no currículo escolar, nos materiais didáticos e no cotidiano da escola (Veiga-Neto, 2013). E esses engendramentos instigam a pensar que a temática das finanças pode estar alinhada aos interesses de agentes do mercado, por isso, vale examinar como as finanças vêm sendo tratadas em materiais didáticos para o ensino de matemática.

Salienta-se que os materiais didáticos, geralmente, são delineados por políticas curriculares que se modificam conforme o contexto social e histórico. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por exemplo, é uma política pública voltada à avaliação e distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias para subsidiar o processo de ensino nas escolas públicas. Para serem aprovadas, as obras precisam estar consonantes com os marcos legais e regulamentações vigentes para a educação (Brasil, 2021). Desse modo, os critérios de seleção e as próprias obras se atualizam de acordo com as demandas das políticas curriculares que, consequentemente, são resultados de disputas de diferentes grupos sociais que almejam ser representados e promover direcionamentos na educação (Paraíso, 2023).

Diante do exposto, neste artigo, propõe-se a problematizar a temática de finanças em livros didáticos de Matemática para o Ensino Médio, em capítulos ou seções de Matemática Financeira e/ou Educação Financeira. Pretende-se responder às seguintes questões: Como a temática de finanças é proposta em livros didáticos do Ensino Médio? Quais são os efeitos dessas propostas para os estudantes? Optou-se por analisar três coleções aprovadas pelo PNLD nos anos de 2013, 2016 e 2020, da Editora Moderna, uma vez que, desse modo, é possível examinar as atualizações e modificações no enfoque das finanças nas obras. Essas coleções foram escolhidas por serem utilizadas na instituição onde uma das autoras leciona.

Seguindo inspiração foucaultiana, o material selecionado para investigação foi tratado como discursos que, ao serem enunciados, produzem significados para os objetos. Para compor as discussões, dialogou-se com autores como Valero (2018) e Silva *et al.* (2018) quando tratam do currículo de Matemática; Veiga-Neto (2013), Dardot e Laval (2016) e Gadelha (2016), para problematizar a racionalidade neoliberal nos materiais; Fischer (2001) e Veiga-Neto e Lopes (2010) para discutir as enunciações evidenciadas.

Assim, o artigo está organizado em cinco seções, sendo que, na primeira, tratou-se da emergência da Educação Financeira no currículo de Matemática escolar e suas aproximações com a racionalidade neoliberal. Na segunda seção, abordaram-se os aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam este estudo, considerando os livros didáticos do Ensino Médio como materialidade da pesquisa. As próximas seções tratam da constituição do cidadão de direitos e do sujeito de interesses, sendo este último produto dos efeitos da racionalidade neoliberal na educação. Encerra-se, sinalizando a necessidade de continuar problematizando a temática das finanças, pois, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular — BNCC (Brasil, 2018), abrem-se mais espaços para a Educação Financeira nas escolas.

³ Segundo Paraíso (2023, p. 13), “o currículo-maior é pensado e construído com base em imagens dogmáticas do pensamento, que são conduzidas pelo chamado senso comum — responsável pela distribuição de conceitos e significados — e pelo bom senso — responsável por apontar o pensamento na direção do que é considerado verdadeiro”, enquanto “o currículo-menor é construído em processos de exterioridade ao Estado, por docentes que se abrem a experimentar no cotidiano da escola, conectando-se com a alegria afirmativa de educar e com o desejo de aprender de quem não tolera e nem compactua com o intolerável” (Paraíso, 2023, p. 14).

2 Aspectos teóricos e metodológicos

Para começar esta seção, é importante sinalizar que, na linha dos escritos de Veiga-Neto e Lopes (2010), considera-se que os aspectos teóricos e metodológicos de uma pesquisa estão imbricados. As teorizações mobilizadas para olhar, selecionar, inquirir e analisar um objeto de pesquisa constituem os primeiros passos metodológicos, assim, entende-se que escrevê-los juntos, teoria e metodologia, é profícuo para explicar os caminhos que guiaram este estudo.

Diante dessas considerações, prosseguem algumas discussões trazidas na primeira seção, ressaltando que, no que tange à matemática escolar, Valero (2018) afirma que o currículo de Matemática é um dispositivo político que visa conduzir a população por meio da criação de subjetividades. Segundo a autora, o desenvolvimento de certas habilidades matemáticas produz modos de ser e pensar, tornando o governo das pessoas um processo mais eficiente, visto que, sabendo matemática, aquelas estariam mais preparadas para contribuir para o desenvolvimento tecnológico e econômico.

Por isso, muitas vezes, as subjetividades produzidas na escola, mobilizadas pelo currículo escolar, visam formar bons cidadãos, obedientes, cientes de seus direitos e deveres (Silva *et al.*, 2018). Em outros cenários, as aprendizagens matemáticas podem estar atreladas a um currículo que promove o investimento em si mesmo, resultando na fabricação do *Homo oeconomicus* neoliberal. Esse *Homo* é aquele que se considera um capital humano, portanto, atua e aceita ser conduzido da mesma forma que uma empresa (Dardot e Laval, 2016; Gadelha, 2016).

A *Teoria do Capital Humano*, criada pelos economistas da chamada Escola de Chicago, tem embasado formulações de organismos internacionais, como a OCDE, para o campo educacional (Dardot e Laval, 2016). Nessa direção, Barbosa, Taveira e Peralta (2023) mostram que as políticas educacionais brasileiras, a partir da década de 1990, estão em consonância com muitos princípios dessa Teoria, o que fortalece a presença do setor privado na educação, que a enxerga mais como um meio de produzir valor e menos como um direito.

Nesse sentido, Valero (2018, p. 62) assevera que, em tempos de racionalidade neoliberal, “o valor matemático do indivíduo torna-se um valor de troca e é uma medida do capital humano da pessoa”. Dito de outro modo, os conhecimentos matemáticos podem valorizar o capital humano individual.

Os discursos sobre a importância da matemática para a sociedade são reforçados na escola e na sociedade, muitos deles relacionados às finanças. Nesses discursos, o incentivo à aprendizagem não almeja apenas auxiliar as pessoas a gerenciar recursos financeiros, mas a produzir sujeitos aptos para alavancar as demandas do mercado financeiro, por meio da aquisição de produtos cada vez mais sofisticados e, provavelmente, mais arriscados, tendo em vista a tendência de diminuição de regulação dos mercados (OCDE, 2014).

Nessa direção, o governo das populações não atuará para proibir, mas para orientar as condutas, trabalhando na regulação dos comportamentos nos limites de normalidade. Com esse fim, faz uso de estratégias que possibilitam a cada um governar a si, conforme regras aceitas como válidas na sociedade (Gadelha, 2016). Com isso, as práticas governamentais tendem menos à regulamentação e mais ao incentivo na busca individual de conhecimentos que capacitem as pessoas a gerir suas finanças, por isso, investem na educação das populações (Saraiva, 2013).

No domínio educacional, destaca-se que, com a publicação da BNCC (Brasil, 2018), a Educação Financeira adquiriu mais espaço nos currículos oficiais e livros didáticos, pois é considerada um Tema Contemporâneo Transversal (TCT) e está presente nas habilidades previstas para a Matemática. Com essas considerações, as finanças não se limitam ao contexto

da Matemática Financeira — passam a fazer parte de um processo educativo de construção de subjetividades, servindo de referência para modular comportamentos.

Nessa perspectiva, é crucial problematizar os encaminhamentos das finanças nos livros didáticos, na perspectiva de tensionar os princípios neoliberais — muitos deles compartilhados com a Teoria do Capital Humano — como competitividade, individualismo e investimento em si (Dardot e Laval, 2016), que transversalizam os currículos e os livros.

Com essas ideias, neste estudo, restringiu-se a olhar para os livros didáticos para entender que esse tipo de material representa uma fonte importante de orientação e subsídio para a prática docente. A maneira como o livro didático é usado pelos professores e professoras é diversificada: pode ser seguido como elemento principal no ensino, pode ser mediador de experiências em sala de aula, auxiliar no sequenciamento dos conceitos ensinados ou mesmo colaborar para que os professores e professoras reconstruam e ampliem significados dos conhecimentos matemáticos (Januario e Lima, 2019). Por isso, nesta pesquisa, não há preocupação de verificar se os conceitos dos livros didáticos estão sendo efetivamente trabalhados em sala de aula, mas como são pensados e enunciados.

De acordo com Silva *et al.* (2018), os livros didáticos não devem ser vistos apenas como recursos para o ensino de conceitos matemáticos, dado que são instrumentos de poder e de governo das condutas. Para esses autores, é importante compreender “os mecanismos que operam na materialidade dos livros didáticos e como eles contribuem para a fabricação de tipos específicos de subjetividades em salas de aula de matemática” (Silva *et al.*, 2018, p. 1072).

Nesse contexto, a produção de livros didáticos está associada às políticas curriculares e ao currículo oficial⁴, buscando selecionar, ordenar e estruturar a experiência educacional, operando “de modo a reunir e sintetizar o já criado para normatizar”, apontando a direção do que é tido como verdadeiro e deve ser seguido (Paraíso, 2023, p. 13).

Em torno do currículo escolar, há disputas sobre o que é considerado importante na formação dos estudantes. De um lado, grupos com influências econômicas buscam comunicar suas ideias e crenças; de outro, grupos minoritários questionam a ascensão social por meio da escola e mostram que, muitas vezes, o currículo busca reproduzir a cultura dominante e as desigualdades sociais e econômicas (Paraíso, 2023). Por isso, concorda-se com a autora e ressalta-se a necessidade de problematizar o papel do currículo escolar na produção cultural e na produção dos sujeitos.

Dando continuidade, neste artigo, adotam-se alguns pressupostos não essencialistas e não estruturalistas para pensar o objeto de estudo, o que implica desconfiar da certeza de métodos seguros que garantiriam explicações totalizantes ou generalizantes (Veiga-Neto e Lopes, 2010). Inspirando-se nas teorizações foucaultianas, os tensionamentos visam debater aspectos considerados muitas vezes naturais nos materiais de pesquisa.

À vista disso, na perspectiva metodológica adotada, estudou-se o que está na superfície, problematizando os engendramentos com o tempo presente e o que eles conectam e possibilitam pensar. Consideraram-se os materiais de pesquisa como discursos que constituem os objetos, que ao serem ditos, enunciados ou registrados, adquirem um valor de verdade, imersos em relações de poder e saber, possibilitando a alguns serem considerados mais importantes que outros.

Para Veiga-Neto e Lopes (2010), os atos discursivos possuem regras de funcionamento: não apenas comunicam, mas exercem funções estratégicas no ordenamento dos corpos sociais.

⁴ O Currículo oficial “é o conjunto de aprendizagens selecionado, organizado e estruturado oficialmente para ser trabalhado nas diferentes disciplinas, áreas de conhecimentos, anos ou ciclos de um curso ou de uma etapa da escolarização, e que possui o carimbo ou o selo de um governo, seja ele nacional, estadual ou municipal” (Paraíso, 2023, p. 12).

Desse modo, as aproximações com a análise de discurso não pretendem revelar verdades que de alguma maneira pudessem estar ocultas ou consideradas *a priori*, mas considerar os discursos como manifestações de saber que são construídos nas práticas sociais (Gadelha, 2016).

Na esteira do pensamento de Foucault, Fischer (2001) ressalta que analisar discursos é trabalhar com as palavras efetivamente ditas, entendendo que as condições que possibilitam sua enunciação são da ordem do acontecimento, “como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar” (Fischer, 2001, p. 202). Nessa perspectiva, o discurso constitui e é constituído pelas práticas. Por essa razão, é tomado em sua função positiva — porque produz significados —, logo, não se almeja encontrar uma verdade com base nas análises, mas entender as condições que possibilitam certos enunciados serem ditos em determinadas situações.

Tendo em vista a importância dada aos conceitos matemáticos na contemporaneidade, principalmente os vinculados às finanças, os discursos postos em circulação para educar matematicamente os estudantes assumem valor de verdade e exercem poder de subjetivação e produção dos modos de ser dos sujeitos.

Mediante essas ponderações, o material problematizado e analisado se constitui das coleções de 2013 e 2016: *Conexões com a Matemática* (Leonardo, 2013, 2016) e da coleção de 2020: *Conexões: Matemática e suas tecnologias* (Leonardo, 2020). As coleções analisadas se constituíram da versão *Manual do Professor*. As obras são concebidas, desenvolvidas e produzidas pela Editora Moderna para o Ensino Médio, tendo como editor responsável Fábio Martins Leonardo. Justifica-se a escolha das coleções da mesma editora em razão de as obras serem adotadas na instituição onde a primeira autora atua como docente da disciplina de Matemática no Ensino Médio.

Destaca-se que as coleções de 2013 e 2016 se constituem de três volumes, um para cada ano do Ensino Médio. Tanto a coleção de 2013 como a de 2016 tratam de temas relacionados às finanças no terceiro volume, no Capítulo 1, intitulado *Matemática Financeira*. Alguns capítulos dos livros possuem uma seção de *Pesquisa e Ação*, com atividades a serem realizadas em grupo sobre um tema relacionado ao capítulo para, posteriormente, compartilharem com a turma. Nos capítulos de Matemática Financeira, o tema da seção *Pesquisa e Ação* trata de planejamento financeiro, alinhado aos pressupostos da Educação Financeira. A coleção de 2016 apresenta, ainda, algumas atividades relacionadas às finanças, no primeiro volume da coleção, no capítulo de Função Exponencial.

A coleção de 2020, elaborada após a promulgação da BNCC (2018), está organizada em seis volumes: Álgebra e Algoritmos, Funções e Aplicações, Estatística e Probabilidade, Trigonometria, Geometria Plana e Espacial, Matrizes e Geometria Analítica. O capítulo de Matemática Financeira está no volume de Funções e Aplicações. O Quadro 1 sistematiza essas informações.

Quadro 1: Coleções analisadas

Coleção	Livros
Conexões com a Matemática (Leonardo, 2013)	1º ano do Ensino Médio
	2º ano do Ensino Médio
	3º ano do Ensino Médio
Conexões com a Matemática (Leonardo, 2016)	1º ano do Ensino Médio
	2º ano do Ensino Médio
	3º ano do Ensino Médio
Conexões: Matemática e suas	Álgebra e algoritmos

tecnologias (Leonardo, 2020)	Funções e aplicações
	Estatística e probabilidade
	Trigonometria
	Geometria plana e espacial
	Matrizes e Geometria analítica

Fonte: Elaboração própria (2024)

Diante disso, a abordagem de Matemática Financeira nas três coleções é quase idêntica: inicia introduzindo o estudo de Matemática Financeira, explica sobre *taxa percentual*, passando a tratar de *juro simples* e *juro composto*. Os modos de apresentar os conceitos sofrem pequenas atualizações, tendo a maior parte das atividades que compõem os subtítulos do capítulo presente nas três edições. Percebe-se que há poucas alterações, apenas alguns exercícios são retirados, outros deslocados e alguns acrescentados.

Em conformidade com as orientações da BNCC (Brasil, 2018) para a construção de Projeto de Vida e das Competências gerais e específicas para Matemática e suas Tecnologias, a coleção de 2020 escolhe como um dos TCT a Educação Financeira. Nessa coleção, cada um dos seis volumes tem uma seção dedicada ao assunto, como exposto no Quadro 2.

Quadro 2: Volumes da coleção Conexões: Matemática e suas tecnologias

Volume da coleção	Tópico de Educação Financeira
Álgebra e algoritmos	Orçamento e planejamento financeiro
Funções e aplicações	Projeto de vida
Estatística e probabilidade	Metas e projetos
Trigonometria	Bens públicos
Geometria plana e espacial	Economia do país
Matrizes e Geometria analítica	Economia do mundo

Fonte: Elaboração própria (2024)

Diante disso, o tratamento do material foi inspirado nos procedimentos adotados por Saraiva (2009, p. 21), não como um método a ser seguido, mas como um modo de fazer pesquisa “para inspirar novas criações, para suscitar inquietações, para afastar cada um de si mesmo e destruir com marteladas as certezas reconfortantes” de um passo a passo metodológico.

Com esses esclarecimentos, pontua-se que os materiais foram examinados, seguindo três movimentos analíticos. a) Em um primeiro movimento, os nove capítulos que tratavam de finanças foram lidos cuidadosamente, destacando fragmentos de interesse. b) Em um segundo movimento, os fragmentos destacados foram recortados e colados em um quadro em documento eletrônico de edição de texto. Para Saraiva (2009), esse procedimento auxilia tanto na organização do material como do próprio pensamento, permitindo perceber com mais clareza as recorrências, conexões e aproximações entre os enunciados; facilitando o agrupamento de materiais com um mesmo direcionamento. c) Após todos os materiais de interesse terem sido colados no quadro, passa-se a um terceiro movimento, que consiste na análise dos fragmentos, visando à criação de grupos de sentido.

De acordo com Bahia e Fabris (2022, p. 125), os grupos de sentido são uma maneira de organizar a parte empírica de uma investigação, “são resultantes da forma de explorar, escrutinar e organizar os materiais da pesquisa”, a partir da busca pelas recorrências e aproximações, que possibilitem as análises. Portanto, os grupos de sentido foram criados após o escrutínio do material.

Nesse procedimento, trechos dos materiais foram destacados, algumas observações foram sendo registradas sobre os fragmentos, criando um diário de notas de campo⁵ sobre o material empírico. A análise não ocorreu pelas expressões mais frequentes, mas se debruçou em interrogar as condições que possibilitaram a circulação dos discursos, as emergências, os silenciamentos, as continuidades e as descontinuidades discursivas nos livros didáticos.

Após esse processo, foi possível elaborar dois grupos de sentido: o primeiro grupo está relacionado à *formação de cidadão de direitos* e o segundo mostra um descolamento para a *formação de sujeitos guiados por interesses*. Esses grupos de sentido foram assim nomeados em razão de o conjunto de materiais agrupados expressar esses significados. Isso não indica que essas enunciações foram retiradas dos livros analisados, mas que foram criadas para representar os direcionamentos encontrados nos materiais. Esses grupos de sentidos são tratados nas próximas seções do artigo.

3 Formação do cidadão de direitos

Alguns documentos curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998) e os PCN para o Ensino Médio (Brasil, 2000), já apresentavam a importância de a educação contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de interpretar e atuar em um mundo em constante transformação. Além disso, a BNCC (Brasil, 2018, p. 267) apresenta a educação financeira como um tema que “favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro”.

Esses documentos, como forma de governo das práticas educacionais, defendem que a formação do cidadão — incentivando a reconhecer e defender seus direitos — poderia ser alcançada pelo ensino na escola, mediante a relação com outras áreas do conhecimento e por meio de aplicações e articulações com situações da realidade. Ao trazerem a realidade dos estudantes para a sala de aula, estariam produzindo “significado aos conteúdos matemáticos, suscitando seu interesse pela aprendizagem” e, possivelmente, contribuindo para “transformar socialmente o mundo” (Knijnik e Duarte, 2010, p. 864).

Considerando essas orientações curriculares, muitos encaminhamentos nos livros didáticos visam à articulação de situações ditas reais com a formação do cidadão. Knijnik e Duarte (2010) ponderam que a chamada realidade não deve ser tida como uma referência objetiva, mas entendida como uma produção discursiva de grande circulação na Educação Matemática. Nos livros didáticos, esses delineamentos ficam visíveis nos tópicos relativos às finanças, tema que se relaciona com pagamentos, vendas, consumo, produtos bancários.

Nessa direção, os discursos presentes nos livros didáticos tratam de uma formação para a cidadania e atuação democrática dos indivíduos. Para Pinsky (2015), cidadania se refere às práticas cotidianas de participação política na busca e defesa por direitos e igualdade; envolve também as obrigações perante o coletivo social. No campo das racionalidades políticas para o governo dos cidadãos, a relação entre governo e governado se efetiva somente na Modernidade, tendo em vista que, na soberania, a preocupação era gerir um território (Foucault, 2008).

Com a Modernidade, surge “um sujeito de direitos dentro de uma comunidade política com base na igualdade com outros cidadãos livres” (Castro-Gómez, 2010, p. 87). De outro modo, com esse sujeito de direito produz-se o governo desse cidadão, que visa aos interesses coletivos. Logo, o bom cidadão dessa racionalidade política é aquele que age conforme seus direitos e deveres na sociedade.

⁵ O diário de notas de campo “é o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 150).

Com base nessas discussões, destaca-se que, no texto de introdução do capítulo de Matemática Financeira, considera-se a seguinte asserção: “O *conhecimento de operações financeiras simples*⁶, como cálculo de empréstimos, financiamentos, descontos, taxas de juro e rendimentos de investimentos, é de grande importância para o exercício pleno da cidadania” (Conexões com a Matemática, 2013, p. 8). Nesse recorte, faz-se a associação do conhecimento de operações financeiras com o exercício pleno da cidadania, o que significa que aprender sobre finanças passa a ser essencial para compreender a atuação no mundo de forma democrática.

Segundo Silva *et al.* (2018), atividades de Matemática em livros didáticos, além de ensinarem conceitos, trazem normas dos modos de ser, vinculando-se a valores morais e ensinando os jovens a ser bons cidadãos. Ademais, o exercício da cidadania abrange entender o funcionamento das empresas públicas e reconhecer os benefícios que oferecem à população, como exemplificado no trecho: “cabe ao governo — seja federal, estadual ou municipal — oferecer serviços públicos para *atender às necessidades básicas da população*, como prover o acesso à saúde, à educação e à segurança” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: Trigonometria, 2020, p. 108).

Dessa maneira, garantir acesso à saúde, à educação e à segurança são ações que integram o cálculo político, apontando para um bom governo — um governo econômico da população. Com isso, evidencia-se o conceito de biopolítica que, conforme Foucault (2008), a população passa a ser objeto das ações de governo e é sobre ela, a população, que são investidas ações de controle e regulação a fim de fabricar sujeitos produtivos. Desse modo, o sujeito oriundo de um governo que promove a vida é um sujeito com alguns direitos básicos garantidos, como destacado no excerto anterior.

Nesses termos, ser um bom cidadão implica conhecer os processos de arrecadação de recursos para financiar os serviços básicos — direitos da população. Nesse ínterim, o livro de Trigonometria sugere que os estudantes sejam convidados a conhecer e pensar a respeito das verbas de sua escola, avaliando se “a verba recebida do governo é suficiente para atender a todas as necessidades” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: Trigonometria, 2020, p. 109).

Assim, o bom cidadão desejável não é apenas aquele que conhece sobre verbas e bens públicos, mas deve estar preparado para acompanhar a utilização dos recursos financeiros. O custeamento dos serviços públicos está relacionado com a arrecadação de tributos, como impostos, taxas e contribuições, abordados em alguns dos livros didáticos.

Na continuação, no rescaldo da crise econômica iniciada em 2014, cuja responsabilidade fiscal era assunto ordinário nas mídias, a coleção de 2016 apresenta o seguinte trecho nas primeiras páginas do capítulo destinado à Matemática Financeira:

Tomar consciência dos tributos que compõem os preços das mercadorias, dos serviços públicos ou privados e das contribuições a que estamos sujeitos a prestar é um direito de todo cidadão. Isso só é possível em um governo que tenha como princípio de sua gestão a transparência administrativa (Conexões com a Matemática, 2016, p. 9).

Nesse recorte, percebe-se que a abordagem sobre tributos é apresentada como se fosse uma inovação na coleção 2016; por outro lado, mantém a orientação a respeito da formação do cidadão de direito. Para Lazzarato (2017), a arrecadação de tributos não deve ser vista como instrumento de redistribuição de renda, mas como instrumento político para o governo das populações.

⁶ Os destaques em itálico são propostos pelas autoras para evidenciar algumas ideias para a problematização e análise.

O trecho em destaque mobiliza a noção de que entender os mecanismos de governo é um direito relacionado à cidadania, porque permeiam as ações cotidianas a que as pessoas estão sujeitas, como o pagamento de tributos. Nos materiais selecionados, essa abordagem foi mantida na edição de 2020, com o intuito de estimular o senso crítico dos estudantes diante do contexto sociopolítico experimentado no Brasil.

Em outro trecho, o livro aborda a carga tributária sobre o consumo, afirmando que “o imposto sobre consumo é o que mais pesa no bolso do contribuinte” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: funções e aplicações, 2020, p. 126). Essas enunciações acabam por reforçar verdades sobre o valor elevado de pagamento de tributos no território nacional — noção que precisa ser discutida amplamente, tendo em vista que, em outros segmentos, como tributação sobre renda, propriedade e folha salarial, os impostos brasileiros estão abaixo da média dos países membros da OCDE⁷.

Embora algumas enunciações presentes nos livros analisados instiguem a criticidade sobre a arrecadação e destino de recursos públicos, acabam reforçando discursos que consideram o imposto um vilão do crescimento econômico. Segundo Lazzarato (2017), como instrumentos políticos de governo, a redução de impostos beneficia geralmente as parcelas mais ricas da sociedade, já que são os tributos os principais financiadores de programas sociais.

De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2010), desnaturalizar discursos auxilia a recordar que o valor de verdade que eles carregam é uma invenção humana, resultado de convenções que ordenam e limitam o corpo social. Estranhar enunciações tidas como verdadeiras possibilita pensar e agir de outro modo, produzindo contracondutas, buscando formas de se conduzir diferente do esperado (Foucault, 2008).

Outro ponto relevante é referente às discussões sobre direitos conquistados, como uma maneira de elucidar e, ao mesmo tempo, se opor à fragilização de programas, regulamentações e leis que beneficiam grande parte da população. No livro que trata de funções e aplicações, sugere-se uma discussão — que parece ser bastante pertinente — no que tange às leis trabalhistas e às conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras, como apresentado neste fragmento:

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamenta os direitos trabalhistas. Pesquise a legislação em vigor sobre os direitos a seguir: – férias; – home office; – seguro-desemprego; – licença-maternidade e paternidade; Em seguida, reúnam-se em grupos para discutir as informações pesquisadas (Conexões: Matemática e suas tecnologias: funções e aplicações, p. 147).

Tratar de direitos conquistados, como férias, seguro-desemprego e licença-maternidade e paternidade, permite debater os processos de lutas históricas dos trabalhadores, podendo abrir espaço para discutir transformações no cenário ocupacional, como o *home office*, que se tornou um tema mais habitual após a pandemia da Covid-19. Contudo, não se pode esquecer de que esses mecanismos de proteção são também “uma técnica de governo de um modo de vida ao qual ela assujeita os indivíduos” (Lazzarato, 2011, p. 69). Com efeito, os direitos dos trabalhadores são simultaneamente conquistas sociais e efeitos de poder que tornam os sujeitos dependentes do Estado (Lazzarato, 2011).

Na mesma direção, as três coleções analisadas tratam de direitos do consumidor no capítulo de Matemática Financeira. Ao abordarem taxa percentual, apresentam uma situação comum no comércio, relativa às promoções do tipo *Leve 5 e pague 3*. Além dos conceitos matemáticos, os livros sugerem que os estudantes procurem em supermercados produtos em

⁷ Disponível em <https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2022/05/02/o-brasil-tem-a-maior-carga-tributaria-do-mundo>

promoção semelhante à situação apresentada, recomendando pesquisar no Código de Defesa do Consumidor (PROCON) alguns direitos básicos do consumidor, compartilhando os achados com a turma. Nesse contexto, os conceitos matemáticos podem ser fundamentais para entender e discutir se “Vale a pena comprar o produto da promoção? Qual é o valor do desconto oferecido?” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: funções e aplicações, p. 128).

Destaca-se que os conhecimentos matemáticos podem subsidiar uma decisão acerca das promoções e descontos, constituindo-se como elementos na formação política frente ao consumo (Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr., 2018). Esses encaminhamentos didáticos buscam colaborar para a constituição de bons cidadãos, entendendo a cidadania, nesses termos, como algo a ser exercido em práticas cotidianas, com atenção ao serviço público, de acesso a todos, na perspectiva de mobilizar o senso de coletividade e de bem comum (Pinsky, 2015).

Portanto, diante dos materiais problematizados, pondera-se que esses trazem algumas enunciações sobre a formação de cidadãos de direitos em uma sociedade. A noção de cidadania passa a existir após a preocupação do governo com a população, uma vez que apenas é possível pensar na produção de um cidadão de direitos se paralelamente a sociedade for pensada em termos coletivos (Foucault, 2008; Castro-Gómez, 2010).

Para o bom funcionamento de uma sociedade, é fundamental produzir sujeitos morais que passem a agir e pensar de determinadas maneiras, sendo a educação um dos principais instrumentos para a fabricação desses sujeitos (Silva *et al.*, 2018). Ao mesmo tempo em que compreender os direitos se configura como prática de pensamento crítico, pode também, como alerta Lazzarato (2011), levar à aceitação mais fácil de ser governado por esses mecanismos de poder, à medida que se adquire mais conhecimento sobre o assunto.

4 Sujeito de interesses

Com o avanço da racionalidade neoliberal (Dardor e Laval, 2016; Gadelha, 2016; Veiga-Neto, 2013) e da teoria do capital humano (Schultz, 1973), inventa-se um outro modo de olhar para a produção do sujeito, guiado pelos seus interesses (Valero, 2018; Gadelha, 2016). Esse sujeito considera a si mesmo como um capital, no qual é preciso investir, adotando certas práticas que permitam o desenvolvimento de habilidades. Contudo, algumas dessas habilidades envolvem aprender a gerir financeiramente os recursos pessoais, refletindo sobre questões de consumo e avaliando aspectos positivos e negativos de produtos financeiros (OCDE, 2005).

Para tanto, nas coleções de 2013 e 2016, foi proposta a realização de um planejamento financeiro, para o estudante gerir os seus gastos e economias e, também, os da sua família. Apresenta-se o início da proposta:

Ter uma vida financeira saudável e equilibrada pode parecer simples, mas requer planejamento e cautela. E a receita para isso não é nada complicada: basta que os gastos da família sejam menores ou iguais à renda familiar. [...] Vamos elaborar uma planilha de planejamento financeiro para uma família. O controle financeiro se dá no equilíbrio entre consumo (gastos essenciais, gastos variáveis e gastos imprevistos) e a renda familiar (Conexões com a Matemática, 2013, p. 23).

Os trechos *ter uma vida financeira saudável* e *o controle financeiro se dá no equilíbrio* podem ser tensionados pelo uso dos termos *saudável* e *equilíbrio*, que configuram estratégias de regulação de comportamentos, na qual se realiza “a produção de um sujeito poupador e bom pagador de suas dívidas, que assumirá individualmente a responsabilidade pelo bom funcionamento de um mercado financeiro fortemente desregulamentado” (Saraiva, 2017, p. 164). Nesse fragmento, as próprias pessoas que precisam adotar medidas de atenção e cuidado com a vida financeira, enfatizando um processo de individualização de responsabilidades.

Ademais, cuidar das finanças pessoais envolve o acesso a conhecimentos matemáticos, que podem ser potentes aliados no gerenciamento dos próprios recursos financeiros e no investimento em si. Um sujeito desorganizado financeiramente, endividado ou inadimplente tende a ser percebido como um capital humano desvalorizado. Nesse sentido, saber matemática é compreender a importância de valorizar o próprio capital humano; afinal, os conhecimentos matemáticos são fundamentais para os avanços tecnológicos e para o crescimento econômico. Considerando que essas áreas têm valor de mercado, manejar esses conhecimentos contribui para a valorização do próprio capital (Valero, 2018).

No fragmento anterior, observa-se que os conhecimentos são mobilizados para produzir não tanto para fomentar uma atuação cidadã, mas para a construção de um determinado modo de se conduzir no contexto financeiro. Mais adiante na proposta, a obra sugere que os estudantes, organizados em grupos, devem

escrever uma *recomendação para a saúde financeira dessa família* inventada. Se a renda estiver de acordo com os gastos, devem elaborar uma mensagem de apoio. Caso contrário, devem orientar a família a economizar para ajudar no planejamento financeiro (Conexões com a Matemática, 2013, p. 23).

Concorda-se com Saraiva (2017) que a educação financeira é uma biopolítica, em que os aconselhamentos vêm substituindo mecanismos de proteção. Nesse sentido, os trechos *se a renda estiver de acordo e orientar a família a economizar* aconselham para manutenção das condutas em limites de normalidade, em que “o sucesso passa por uma vida com metas a serem cumpridas por meio de um planejamento financeiro; ou seja, uma vida que se distancia do consumo exacerbado e por impulso” (Saraiva, 2017, p. 163).

As recomendações do livro são no sentido de tratamento da saúde financeira da família. Em caso de doença, receita-se um remédio que pode curar, mas tem efeitos colaterais, pois convoca o governo e o empresariamento de si — no qual, a busca pela segurança financeira segue um caminho individualizante (Saraiva, 2017).

Nessa arte de governar, combina-se o governo das massas com o governo individual, ou melhor, desloca-se a ênfase do indivíduo para a população, permitindo o exercício de “forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Foucault, 2008, p. 143).

Como explica Veiga-Neto (2013, p. 23), há um “ponto de intersecção entre dois eixos ortogonais: o eixo da individuação e o eixo da população”, isto é, a combinação entre esses dois eixos possibilita melhor forma de controle e regulação dos atores sociais.

Nessa direção, para manter as finanças familiares em ordem, é importante que todos os membros contribuam, cada um fazendo a sua parte. Como proposto no seguinte recorte: “Para pessoas da sua faixa etária, é comum *depende financeiramente* da família, ainda que parcialmente. Mas isso não significa que você não tenha que pensar em dinheiro, certo?” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: Grandezas, álgebra e algoritmos, 2020, p. 123). Na sequência, questiona-se: “Como suas *intenções e decisões influenciam o orçamento e o planejamento financeiro* da sua família? Exemplifique sua resposta” (Conexões: Matemática e suas tecnologias: Grandezas, álgebra e algoritmos, 2020, p. 123).

Nesses recortes, destaca-se que os jovens, contribuindo ou não para os rendimentos familiares, são convidados a assumir a responsabilidade no orçamento e no planejamento financeiro da família. Vale ressaltar que a faixa etária mencionada refere-se a estudantes, geralmente, entre 14 e 17 anos, em escolarização obrigatória. Parece que, ao usarem as

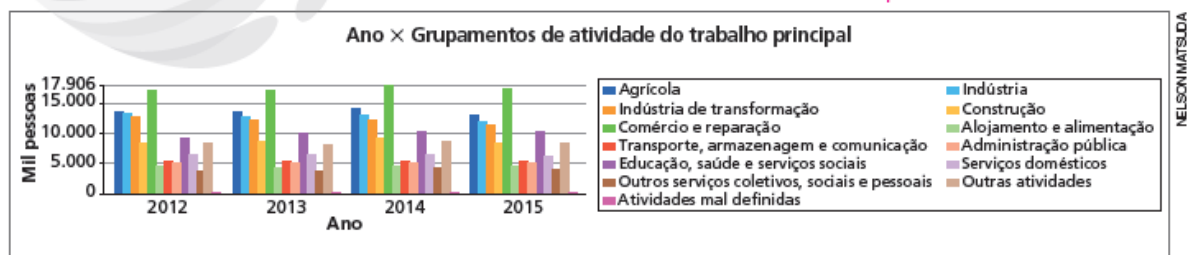
expressões *depende financeiramente*, *intenções* e *decisões*, produz-se a necessidade de que o jovem assuma a responsabilidade pelas ações e modos de gerir e auxiliem a controlar as finanças da família.

Segundo a OCDE (2014), os jovens têm acesso cada vez mais cedo aos serviços financeiros, seja por meio de mesada, conta bancária ou dispositivos eletrônicos, como os telefones celulares, que facilitam pagamentos e compras virtuais. Além disso, Standing (2014) destaca que há uma tendência dos mais jovens permanecerem mais tempo morando nas casas dos pais, reforçando a necessidade de ensiná-los sobre o funcionamento do orçamento doméstico e a relevância de sua contribuição no ordenamento das despesas familiares.

A expressão *depende financeiramente* apresenta uma ideia encontrada em outros livros, em relação à empregabilidade da população jovem. No livro de Geometria plana e espacial, apresenta-se, em uma das atividades sobre Economia de Mundo, o gráfico destacado na Figura 1, para discutir as mudanças nos setores econômicos ao longo dos séculos no Brasil.

2. O gráfico abaixo mostra a quantidade de pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no período da pesquisa nos diversos setores da economia brasileira de 2012 a 2015.

Ver comentários e respostas no Guia do professor.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Figura 1: Atividade do livro Conexões: Matemática e suas tecnologias: geometria plana e espacial (2020, p. 130)

O gráfico, ao partir da idade de pessoas com 15 anos ou mais, naturaliza o trabalho nessa faixa etária, sobretudo porque a obra não problematiza as consequências individuais e coletivas da empregabilidade de jovens ainda em fase de escolarização obrigatória, dialogando com as dinâmicas da precarização da vida. Na mesma direção, o livro *Conexões Matemática e suas tecnologias: funções e aplicações*, na proposta de *Projeto de vida*, apresenta sobre o currículo de uma personagem fictícia que acaba de completar 18 anos. Em uma das atividades, os estudantes são chamados a criar “seu currículo levando em consideração o ramo no qual deseja trabalhar (objetivo) e suas principais habilidades relacionadas a esse ramo (perfil profissional)” (*Conexões: Matemática e suas tecnologias: funções e aplicações*, 2020, p. 146).

Os livros, ao naturalizarem empregos na adolescência, estão contribuindo para a precarização das formas de vida, dado que os estudantes, na faixa etária do Ensino Médio, provavelmente não tiveram tempo de buscar uma formação ou capacitação suficientes para garantir boas oportunidades de trabalho.

Segundo Standing (2014), o precariado⁸ é uma classe de trabalhadores desprovida de garantias trabalhistas, muitos em ocupações temporárias que precisam aceitar postos de trabalho precários por falta de alternativa. Na população jovem, o precariado caracteriza-se por pessoas em empregos informais e “aqueles que não puderam entrar no mercado de trabalho pelo aprendizado de um ofício ou equivalente” (Standing, 2014, p. 92).

Além disso, pontua-se que alguns desses recortes criam a ideia de que o jovem poderá escolher onde deseja trabalhar, como se apenas o interesse e o esforço bastassem para alcançar sucesso. Essa lógica está no centro da constituição do *Homo oeconomicus* neoliberal — sujeito movido pela realização pessoal e pelo desejo.

⁸ Expressão criada a partir das palavras precário e operário.

No neoliberalismo, a condução das condutas não ocorre pela ação individualizante do disciplinamento dos corpos, mas age insuflando liberdades e fabricando sujeito desejantes, de maneira que o indivíduo “deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, a qual ele não pode resistir” (Dardot e Laval, 2016, p. 327).

Se o indivíduo é o agente e criador de oportunidades, ele também se torna o responsável por elas. Sucessos e fracassos passam a ser vistos como consequências individuais das próprias ações. Assim, as questões sociais e políticas que estruturam a vida coletiva são invisibilizadas nos discursos neoliberais. A racionalidade neoliberal, ao valorizar a produção de sujeitos de interesses, aprofunda a noção de individualização das responsabilidades. O fracasso, quando existe, passa a ser percebido como um mau investimento, algo que deve ser isoladamente resolvido (Dardot e Laval, 2016).

O sujeito de interesses é subjetivado a adotar um modo de vida individualista. Como consequência, a busca por direitos pode passar do plano coletivo para o privado:

[...] não é um direito *para todos*, nem um direito *de todos*, senão os ‘seus’ direitos (de propriedade, de conquista, de vitória, de ocupação, de natureza, de superioridade, de anterioridade etc.), ou seja, direitos relativos a uma família, a uma raça ou a um clã, *em particular* (Gadelha, 2016, p. 98).

O individualismo vai movimentando todo um discurso antidemocrático e apolítico que não é, nem deveria ser, parte dos processos educacionais. Assim, os materiais analisados contribuem para problematizar os discursos sobre a formação do sujeito de interesses, movido pelo desejo e pela otimização de suas habilidades. Desse modo, esse sujeito de interesses está alinhado à racionalidade neoliberal e ao projeto político do capitalismo financeiro, sendo incentivado a mobilizar conceitos financeiros não apenas nas ações escolares, mas também a disseminar essa lógica empresarial de competitividade para outras esferas da vida.

5 Para seguir pensando

Como discutido, os livros didáticos não tratam apenas de ensinar conceitos matemáticos, mas também criam e normalizam padrões de comportamento (Valero, 2018; Silva *et al.*, 2018). As análises realizadas a partir das três coleções selecionadas sobre finanças mostram que existem ao menos dois sentidos para a produção de subjetividades: uma direcionada à constituição de cidadãos de direitos, e outra voltada à formação do sujeito de interesses, preocupados com a valorização do capital humano.

Nos capítulos sobre Matemática Financeira dos livros analisados, predominam encaminhamentos para a formação do sujeito de direitos, enquanto nas seções de Educação Financeira, prevalece o sujeito de interesses. Tanto a Matemática Financeira como a Educação Financeira podem contribuir para o fortalecimento da cidadania, constituindo o sujeito que, ao conhecer e exercitar seus direitos, tanto pratica o pensamento crítico como é governado por esses mesmos direitos (Lazzarato, 2017).

Ao tratar das relações entre o indivíduo e o mundo, as seções de Educação Financeira oferecem uma visão otimista da sociedade, não problematizando o consumismo ou o capitalismo. Embora apresentem ideias interessantes para um pensar crítico, apresentam, muitas vezes, uma visão descolada dos problemas de caráter estrutural enfrentados na sociedade. Os movimentos de conformação com a ordem social superam os direcionamentos críticos; esses, embora existam, poderiam estar mais presentes nas coleções analisadas. Portanto, precisa-se

debruçar, estabelecendo um olhar cuidadoso e inquiridor ao que está posto nos livros didáticos e, especialmente na BNCC (Brasil, 2018), na disciplina de Matemática, que recai a incumbência de tratar de Educação Financeira, atrelada principalmente à Matemática Financeira.

Como afirma Valero (2018, p. 63), existem alguns compromissos éticos e políticos como educadores matemáticos, ou melhor, precisa-se pensar “para quais direções estamos governando ou sendo governados com e pelo ensino e pelo aprendizado da matemática no currículo escolar?”, pois, como afirma a autora: “O que estamos fazendo não é inocente: estamos sempre direcionando as pessoas, orientando-as para uma direção específica, então: que direção é esta?”.

Aponta-se que é preciso continuar tensionando sobre os currículos, os materiais e os livros didáticos que orientam as discussões sobre finanças, no sentido de problematizar quais os efeitos para o governo das condutas dos/das estudantes e, também, dos professores/das professoras que ensinam matemática. Haveria outro(s) modo(s) de considerar a Educação Financeira, diferente do proposto nos livros didáticos analisados?

Agradecimentos

A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) — Código de Financiamento 001.

Conflitos de Interesse

A autoria declara não haver conflitos de interesse que possam influenciar os resultados do estudo apresentado no artigo.

Declaração de Disponibilidade dos Dados

Os dados coletados e analisados no artigo serão disponibilizados mediante solicitação à autoria.

Nota

A revisão textual (correções gramatical, sintática e ortográfica) deste artigo foi custeada com verba da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (Fapemig), pelo auxílio concedido no contexto da Chamada 8/2023.

Referências

BAHIA, Sabrine Borges de Mello Hetti; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Grupos de Sentido. In: LIMA, Samantha Dias. (Org.) *Vocabulário LABPED: saberes construídos no Laboratório Pedagógico de Experiências Educativas – Ano 1*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 123-126. <http://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.664>

BARBOSA, Roberta de Oliveira; TAVEIRA, Flavio Augusto Leite; PERALTA, Deise Aparecida. Desenvolvimento curricular, licenciatura em Matemática, esfera pública e OCDE: uma conversa entre tantas outras possíveis (e necessárias). *Ripem*, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2023. <https://doi.org/10.37001/ripem.v13i1.3303>

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Nkopp. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de Maria José Álvares; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto n. 7.397, 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 2010, Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2021*. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL; Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

JANUARIO, Gilberto; LIMA, Katia. Materiais curriculares como ferramentas de aprendizagem do professor que ensina Matemática. *Revista Paranaense de Educação Matemática*, v. 8, n. 17, p. 414-433, 2019. <https://doi.org/10.33871/22385800.2019.8.17.414-433>

KNIJNIK, Gelsa; DUARTE, Claudia Glavam. Entrelaçamentos e dispersões de enunciados no discurso da Educação Matemática escolar: um estudo sobre a importância de trazer a “realidade” do aluno para as aulas de Matemática. *Bolema*, v. 23, n. 37, p. 863-886, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. Tradução de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EdUDSCar, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. Tradução de Daniel Padilha Pacheco da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LEONARDO, Fábio Martins. *Conexões com a Matemática* [Obra em 3 volumes]. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2013.

LEONARDO, Fábio Martins. *Conexões com a Matemática* [Obra em 3 volumes]. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

LEONARDO, Fábio Martins. *Conexões: Matemática e suas tecnologias* [Obra em 6 volumes]. São Paulo: Moderna, 2020.

OECD — Organization for Economic Cooperation and Development. *Financial Education for Youth: the role of schools*. Paris: OECD Publishing, 2014.

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264174825-en>.

OECD — Organization for Economic Cooperation and Development. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Paris: Directorate for Financial and Enterprise Affairs, 2005.

PARAÍSO, Marlucy Alves. *Currículos: teoria e políticas*. São Paulo: Contexto, 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan ideologia de gênero. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Carolina (Org.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, 2018, p. 23-52.

PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; MUNIZ JR., Ivail; KISTEMANN JR., Marco Aurélio. Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. *Em Teia*, v. 9, n. 1, 2018. <https://doi.org/10.36397/emteia.v9i1.236528>

PINSKY, Jaime. *Cidadania e educação*. Editora Contexto, 2015.

SARAIVA, Karla Schuck. Educando para viver sem riscos. *Educação*, v. 36, n. 2, p. 168-179, jan./ago. 2013.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>

SARAIVA, Karla. Diário de uma pesquisa *off-road*: análise de textos como problematização de regimes de verdade. In: FERREIRA, Thais; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. (Org.) *Escritos metodológicos: possibilidades na pesquisa contemporânea em Educação*. Maceió: Edufal, 2009, p. 13-34.

SCHULTZ, Theodore. *Capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Marcio Antônio; VALERO, Paola; CORADETTI, Camila Aparecida Lopes; BERTO, Ludiane Felix. Livros didáticos de Matemática do Ensino Médio brasileiro e a constituição do bom aluno cidadão. *Acta Scientiae*, v. 20, n. 6, p. 1071-1081, 2018. <https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.v20iss6id4831>

SOUZA, Jéssica Ignácio. *Educação Financeira: práticas discursivas na Educação Matemática*. 2021. 131f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VALERO, Paola. Capital humano: o currículo de Matemática escolar e a fabricação do *Homo Oeconomicus Neoliberal*. In: GODOY, Elenilton Vieira; SILVA, Marcio Antonio; SANTOS, Vinícius de Macedo. (Org.). *Currículos de Matemática em debate: questões para políticas educacionais e para pesquisa em Educação Matemática*. São Paulo: Livraria da Física, 2018, p. 43-69.

VARGAS, Paulo Roberto Ribeiro. *Um estudo sobre Educação Financeira e instituição escolar*.

2012. 121f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e Educação. *Revista Colombiana de Educación*, n. 65, p. 19-42, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Há teoria e método em Michel Foucault? Implicações educacionais. In: CLARETO, Sônia; FERRARI, Anderson. (Org.). *Foucault, Deleuze & Educação*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2010, p. 33-47.